

DE QUE LADO
VOCÊ ESTÁ?

Cartaz colado na entrada, no piso da Sede da Eletrosul

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 108v3- 09 de junho de 2011

·IMPRESSO·

Mobilização nacional mostra união dos TRABALHADORES

“ *Todos atentos para os próximos encaminhamentos* ”

Os trabalhadores do Sistema Eletrobras realizaram forte paralisação nos dias 6 e 7 de junho em todo país para protestar contra o descaso da direção da Holding em relação ao ACT 2011. A categoria busca retomar a negociação objetivando avanços na contraproposta da Eletrobras. Negociação esta que foi interrompida pela empresa.

Na Eletrosul e em nível nacional a adesão ao movimento atingiu 95%, dos cerca de 27 mil trabalhadores do grupo. Com esta demonstração e disposição de luta, o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), do qual fazem parte os sindicatos da Intersul, esperam que a direção do Grupo Eletrobras seja a primeira a valorizar o seu maior patrimônio, que são os trabalhadores. Da parte dos empregados e das direções sindicais há

a disposição de dar continuidade ao processo negocial, visando chegar a um bom termo que contemple a todos.

Os trabalhadores estão empenhados em conseguir a reabertura das negociações, mas agora em outro patamar, buscando garantir o ganho real no salário e avanços nas demais cláusulas. Essa é a hora de luta. Não é hora de recuo, o passo mais importante foi dado com a demonstração

da união da categoria. Todos atentos e mobilizados para os próximos encaminhamentos da campanha da data base nacional.

Como primeiro resultado positivo da mobilização, está marcada uma reunião com o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, o diretor administrativo, Miguel Colasuonno e representantes da FNU e do CNE no dia 9 de junho, às 14h, no Rio de Janeiro.

ELETROSUL

Gerente também é trabalhador

A diretoria do Sinergia, buscando estreitar o diálogo com os gerentes da sede da Eletrosul, convidou-os à participarem dos informes da entidade na porta da empresa (06/06) sobre o processo de negociação com o grupo Eletrobras. O sindicato compreende que os gerentes também são trabalhadores, como os demais empregados, e têm seus interesses contidos na pauta de reivindicações. Neste sentido, nada mais coerente que se inte-rem do processo e também contribuam de alguma forma para a solução do impasse estabelecido.

Todos os gerentes foram convidados, mas apenas três parti-

ciparam do informe. A impressão que fica é que o tal "cargo de confiança" tem se constituído, ao longo da história na Eletrosul, num escudo protetor de interesses individuais (gratificação de função, status, poder...). Alguns confidenciam que se sentem constrangidos, "inseguros" de se aproximarem, porque a diretoria da empresa pode não aprovar. No entanto, quando se apropriam dos avanços obtidos pela luta do coletivo, essa parcela de trabalhadores não se constringe nenhum pouco.

Está na hora dos gerentes saírem de seus "castelos de areia" e se juntar aos demais trabalhadores em defesa de uma

empresa mais fortalecida em seu papel público e atendendo aos interesses dos empregados e da sociedade como um todo. Esse isolamento não é salutar e não contribui efetivamente para melhorar o ambiente de trabalho.

A direção dos sindicatos compõem a Intersul, e os demais trabalhadores participantes da paralisação dos dias 6 e 7 último, agradecem aos três gerentes que estiveram no informe na sede da empresa e esperam que os demais sigam o mesmo exemplo, em outras oportunidades, aproximando-se mais da realidade dos trabalhadores em favor de uma Eletrosul cada vez melhor para todos.

CELESC

Na última quarta-feira foi realizada a primeira reunião da CRH com a nova diretoria da Celesc Distribuição. O diretor de Gestão André Bazzo presidiu a comissão, que tratou dos seguintes pontos de pauta:

PAUTA	ENCAMINHAMENTO
Negociação da PLR 2011	Reunião específica para o dia 13 de Junho.
Adicional de função para Despachante	Negociação iniciada com o Diretor Técnico e encaminhada ao Diretor de Gestão para definição da proposta para a realização de assembléias.
Adicional de função Linha Viva	Constituído GT com participação da Intercel e prazo de condução de 30 dias.
Atendimento Comercial	Constituído GT com participação da Intercel e prazo de condução de 30 dias.
Saúde e Segurança do Trabalho	Nomeação de participantes da Intercel no GT em andamento sobre o assunto.
Turno de Revezamento	Constituído GT com participação da Intercel e prazo de condução de 30 dias.
Ajudante Técnico	Remetido para correção na revisão do PCS
Recursos PCS 2010	Reunião específica para avaliação dos recursos nos dias 13 e 14 de Junho.
Acidente de Trânsito	Constituído GT com participação da Intercel e prazo de condução de 30 dias.

A Intercel entende que a reunião, diferentemente das anteriores, foi muito produtiva, pois para todos os assuntos debatidos foram definidos encaminhamentos com prazos determinados para a resolução das pendências. Na próxima reunião do CRH, prevista para 13 de julho, os relatórios finais dos Grupos de Trabalho (GT) já deverão estar prontos e a partir daí, será possível resolver definitivamente essas demandas pendentes há muito tempo.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Leonardo Tolomini (SC- 02672/JP). Estagiário: Rafael Sprício - Conselho Editorial: Rinaldo de Souza. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. Contribua ao jornal com textos e fotos. Unidos somos milhares.

CELESC

Melhoria do piso tem que ser para todos

Apesar de pregar o discurso da união, de estarmos todos no mesmo barco e em igualdade de condições, responsabilidades e metas, a diretoria da Celesc demonstrou mais uma vez uma prática diferente do discurso. Na última quinta-feira, 02/06/2011, em reunião do Conselho de Administração da Celesc, foi registrado em ATA a recomendação do comitê de assessoramento do Conselho para a elevação do piso dos Advogados da empresa, equiparando-os com os Engenheiros. Diferentemente dos engenheiros, que possuem lei específica sobre o piso, ao qual sempre reafirmamos a nossa posição contrária a essa segregação labor

“Reafirmamos a nossa posição contrária a essa segregação laboral”

var a situação, a diretoria da empresa parece estar fazendo aquilo que o Conselho sempre desejou e tentou de todas as formas nos últimos anos: levar as discussões remuneratórias para o CA.

Qualquer demanda relacionada à progressão salarial dos trabalhadores deve ser negociada

dessa prática, desde que feita da forma correta: para TODOS. Não é possível admitir que a direção da empresa exponha trabalhadores da forma que está fazendo: favorecendo uma única categoria e segregando as demais em torno de um processo equivocado e conduzido de maneira errônea. Para agra-

diretamente com os sindicatos majoritários, assim como foram tratadas as demandas ao longo da história da empresa. Qual o próximo passo da direção? Levar o ACT ou a PLR para a deliberação do Conselho? Não podemos compactuar com a condução desse processo, deixando claro para a Diretoria da empresa a gravidade dessa situação e as consequências desastrosas dessa decisão. Os Sindicatos que compõem a Intercel farão correspondência à Celesc cobrando a abertura do processo de revisão dos valores dos pisos salariais para todas as carreiras da empresa, sob responsabilidade e autonomia da Diretoria Colegiada.

A todos os celesquianos, pedimos que continuem acompanhando o desenrolar desse processo e respondam aos chamamentos dos sindicatos aos movimentos necessários para a condução correta dessa reivindicação que é de TODOS OS TRABALHADORES.

Política educacional pública não é prioridade do governo do Estado

Sucateamento da educação, um sofrimento coletivo de professores e empregados da Celesc

Com o movimento grevista dos professores de todo o estado, estão sendo mostradas para a população as mazelas da política educacional do governo, como as condições precárias de trabalho, chegando ao cúmulo do não cumprimento da Legislação (piso mínimo professor), assim desnudando o sucateamento, e o uso irregular do Fundeb. Prática comum dos políticos neoliberais para abrir caminho para uma educação privada, possibilitando o lucro com a educação de nossos filhos. Nas empresas administradas pelo governo, esta realidade repete-se. O exemplo foi à entrega ao Governo Federal

Formação dos trabalhadores

No CEFA estavam lotados em média 30 trabalhadores. Eles receberam um comunicado da empresa, de boas vindas, somente para trezes trabalhadores do Centro de Formação, integrantes da “equipe de treinamento”. Os outros 18 foram distribuídos em áreas diversas da empresa. Os sindicatos questionaram à empresa, em correspondência, quais os critérios adotados para a divisão do grupo, sem a participação dos trabalhadores e do acompanhamento de uma assistente social, para atenuar o trauma na mudança de local de trabalho.

A empresa respondeu que iria encaminhar uma assistente social e que os trabalhadores foram “consultados sobre a preferência da lotação” pelo Diretor de Gestão. A assistente social não compareceu. Cada um virou como pode, falando com colegas e

teamento, e o uso irregular do Fundeb. Prática comum dos políticos neoliberais para abrir caminho para uma educação privada, possibilitando o lucro com a educação de nossos filhos. Nas empresas administradas pelo governo, esta realidade repete-se. O exemplo foi à entrega ao Governo Federal

(UFSC) do Centro de Formação da Celesc (CEFA) no último dia 3. Neste dia, ocorreu a despedida dos trabalhadores do CEFA das instalações que serviram para a capacitação de gerentes, corpo administrativo, operacional, e demais técnicos da Celesc por 40 anos.

Formação dos trabalhadores

O que está ocorrendo atualmente é que alguns “iluminados” conseguem fazer cursos MBA, por exemplo, custeado pela empresa, enquanto outros têm que depender do auxílio estudante. Para os operacionais o caso é mais grave, já que nada de concreto temos em relação à qualificação destes trabalhadores. Alguns estão trabalhando irregularmente, sem a capacitação exigida pela NR 10 para atuar no SEP (Sistema Elétrico de Potência).

Ressaltamos ainda que na sociedade atual, em que a informação é fundamental, as empresas necessitam cada vez mais capacitar seus trabalhadores para o uso das novas tecnologias, para as mudanças do processo produtivo e as questões relacionadas com a saúde e segurança do trabalhador.

ELETROSUL

Eletrosul frustra população de Itá

O poder Legislativo de Itá convocou audiência pública para discutir a Política de Operação da Eletrosul, tendo convidado a população, a empresa e os sindicatos para participarem do debate.

A Intersul se fez representar com todos os Sindicatos mais a APOUS. Além disso, um conjunto grande de Operadores, representando os trabalhadores dos quatro estados de atuação da empresa, também participou. Infelizmente a empresa declinou de comparecer e prestar os esclarecimentos à população, que no final das contas é o patrão e o cliente da empresa.

Ao não comparecer, a empresa mais uma vez tampou os ouvidos

Eletrosul frustra Operadores

Na audiência no Ministério Público do Trabalho, realizada no dia 07/06/2011, a empresa decepcionou mais uma vez os Operadores. Estes depositavam grande esperança que fosse revista a posição da empresa e cumpridos o ACT Nacional e o ACT Específico, que determinam a negociação com as entidades sindicais da Política de Operação.

Ao invés de abrir caminho para o diálogo e negociação, a empresa limitou-se a apresentar um termo de acordo previamente redigido, para sacramentar a atual Política de Operação anunciada pela empresa, disponibilizando-se a negociar apenas os critérios de seleção dos integrantes dos CROIS; definição dos critérios para remanejamento de empregados; identificação, implementação de ações de treinamento e desenvolvimento de empregados remanejados. Assim querem impor a Política de Operação e jogar no colo dos sindicatos as conseqüências dessa política, que já sabemos ser desastrosa para os Operadores e suas famílias.

Essa proposta foi prontamente rechaçada pelos representantes sindicais presentes, que argumentaram que, antes de discutir as consequências, a Intersul registrou em ata a proposta de criar um grupo de trabalho paritário nos moldes do GTAT e GTOI, que determinaram a Política de Operação em 2003, para que no

prazo de seis meses defina uma nova política, inclusive tratando das conseqüências e seja referendada no MPT. Diante do impasse, foi marcada uma nova audiência para o dia 27/06/2011, onde a empresa terá que decidir entre aceitar a negociação com as entidades sindicais ou assumir as conseqüências do descumprimento dos acordos estabelecidos.

para os trabalhadores, mas compreendemos o porquê, pois não seria fácil ouvir da esposa de um trabalhador dizer que “a minha família está sofrendo uma violência psicológica com agenda, que vai até 2014”. Outro dizer “por causa dessa atitude da Eletrosul o meu marido esta doente e junto com ele a família esta adoecendo”, ou ainda, ouvir de um trabalhador “Essa não é uma política de operação, mas sim uma política de desagregação familiar e extorsão dos trabalhadores”.

Indignados com os atos e a falta de consideração da empresa, a Audiência Pública aprovou uma moção de repúdio contra a forma como a Eletrosul está conduzindo toda essa discussão.



Política de Operação ou Política de desagregação familiar e extorsão dos trabalhadores

Meu nome é Izoel Ribeiro Junior, sou operador da Subestação da Eletrosul em Biguaçu – SC. Agradeço a oportunidade de poder externar este drama vivido por mim, e por meus colegas.

Digo drama porque é isso que significa esta "Política de Operação da Eletrosul", a qual eu chamo de "Política de desagregação familiar, e extorsão dos trabalhadores". Não defendo apenas nossos empregos. Defendo muito mais do que isso. Defendo sim, nossos empregos, mas sobretudo uma política que reconheça a energia, como um bem público e essencial a sociedade, e não uma simples mercadoria.

O que a empresa esta fazendo é uma violência contra seus trabalhadores. Os trabalhadores estão adoecendo e suas famílias também. Como bem disse a esposa de um operador, "O que a empresa esta fazendo é uma tortura psicológica com agenda". Pois, tem datas definidas para impor uma série de medidas que afetam de maneira brutal a vida dos trabalhadores. E pior do que isso põe em pratica, sem ter qualquer tipo de preparo ou assistência social.

Sou operador da Eletrosul há 25 anos, trabalho na atividade fim desta empresa todo este tempo. Recebi formação dentro da Eletrosul, sempre soube que minha atividade era muito importante para o desempenho da empresa. Hoje, a empresa me diz que não sou mais necessário aos seus interesses, que devo fazer uma prova pra ela decidir o que fazer comigo.

É lamentável ter de conviver com isso, é muito difícil. Passei por um drama em minha vida, que foi a separação. Sofri muito com a distância e ausência dos meus filhos. Só quem passou por esta dor, consegue compreender o que é estar distante de quem tanto ama. É isso, que a política da Eletrosul, representa para os trabalhadores. A separação de muitas famílias! O trabalhador irá para uma cidade distante e não poderá levar sua família, a estrutura social e as raízes constituídas não permitirão mudança tão radical. Quantas famílias terão estrutura suficiente para suportar isso? O empregado terá que optar por manter a união da família reduzindo significativamente seu padrão de vida ou tentar manter o padrão arcando com o drama de conviver a distância, uma vez que em muitos casos a esposa é parte importante na composição da renda familiar.

A justificativa para tudo isso, é de que a empresa está numa situação difícil, e a responsabilidade é o alto custo operacional. E a leitura de custo operacional, divulgada publicamente pela empresa, é que os operadores custam muito caro. Isto é mentira, os operadores a cada dia trabalham mais para, suprir a falta de pessoal. Sim, porque a empresa não contrata e não forma mais operadores, ao mesmo tempo precisa desta mão de obra, assim gera uma sobrecarga de trabalho que implica em muitas horas extras de trabalho. Depois quer responsabilizar os operadores por um custo que é fruto de má gestão. A verdade é exatamente esta, a má gestão precisa justificar suas falhas, e esta usando a operação para carregar este fardo. Culpa os operadores de forma tão ardilosa que os mais incautos, são convencidos facilmente. Diante de tanta violência somente nos resta lutar, lutar por nossas famílias, colegas, trabalho e por nossa empresa. Demonstrar resistência, buscar incansavelmente o apoio e união, com intuito de valorizar a pessoa do trabalhador.

A paralisação dos dias 06 e 07 de junho de 2011 culminaram com a adesão de 95% dos trabalhadores. O que demonstra a determinação em reagir frente a este processo. Espero que um canal de diálogo seja aberto, para que o código de ética e a missão da Eletrosul no que se refere aos valores - valorização e comprometimento das pessoas; Ética e transparência - pregados pela empresa seja uma realidade e não um discurso jogado ao vento.

Izoel Ribeiro Junior
Operador Controladora Biguaçu

Nos últimos 30 anos foram assassinados 1.580 Chico Mendes

O que representa o novo código ambiental e a luta pelo direito à terra e extinção da miséria

O senador Paulo Paim (PT-RS) no dia do meio ambiente, em pronunciamento no senado nesta segunda-feira dia 6 de junho, de forma poética descreveu a essência e necessidade fundamental da natureza, no atual e acalorado debate sobre o novo código ambiental. "Ninguém é contra o barulho das águas abrindo caminho por cascatas e vertentes, ninguém é contra o canto dos pássaros nos labirintos matagais, e nenhum de nós é insano ao ponto de não reconhecer o valor daqueles que, com as mãos calejadas e a pele queimada pelo sol, abrem sulcos, semeiam a terra, vêem o fruto nascer e colocam a alimentação em nossas mesas. Quando digo 'em nossas mesas', não me refiro só ao Brasil, mas ao planeta".

Por detrás do véu da poesia se ocupa a frieza do capital e egoísmo humano. O senador Paulo Paim lembrou enfaticamente das milhares de mortes daqueles que acreditavam em um planeta saudável e sustentável. E senador lembrou de Chico Mendes, a sindicalista Margarida Maria Alves e a missionária Dorothy Stang. "Somente nos últimos 15 dias. Seis foram assassinados. Lembro aqui, de forma solidária, aos familiares: José Claudio Ribeiro, Maria Espírito Santo, Heremilton Pereira dos Santos, José Cláudio da Silva, Adelino Ramos. Segundo ainda a Pastoral da Terra, no ano passado, trinta líderes foram assassinadas no País. A grande maioria vivia nas Regiões Norte e Nordeste. Nos últimos 30 anos, 1.580 pessoas foram assassinadas nesse conflito terra e meio ambiente".

Foto: Miranda Smith



Em sua casa, Chico Mendes com seu filho Sandino, Xapuri, Acre, novembro de 1988.

Até o dia que a fonte secar

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB – SP), relator do novo código ambiental diz que é "evidente" que o projeto votado na Câmara não autoriza desmatamento. "O que se discute é se dois milhões de proprietários que ocupam áreas de preservação permanente (margem de rio, encostas, morros) devem ser expulsos de suas terras ou em que proporção podem continuar cultivando. As ONGs internacionais consideram toda a área ocupada pela agropecuária no Brasil passivo ambiental que deve ser convertido em floresta. Achar razoável que milhões de agricultores sejam obrigados a arrancar lavoura e capim para plantar vegetação nativa em seu lugar, em um país que mantém mais de 60% de seu território de áreas verdes." Porém o problema vital não foi

discutido, as terras cultiváveis não estão na mão do trabalhador, mais sim do especulador.

Segundo João Manoel do Nascimento, vice-presidente do CCPontal (Conselho Comunitário Pontal do Jurerê) o texto do código dá poder aos Estados para definir arbitrariamente suas políticas ambientais para espaços ocupados irregularmente, em Áreas de Preservação Permanente (APP). "Uma coisa foi a aprovação do texto principal das alterações do Código Florestal. Uma derrota de 410 votos a favor e 63 contra. Outra coisa pior é o que representa esta Emenda nº 164, que, a grosso modo em Santa Catarina, dá poderes imensos ao Governo Estadual com a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e dá anistia a desmatadores".

“ Não quero flores no meu enterro, pois sei que vão arrancá-las da floresta. ”

► Chico Mendes

O que muda com o novo código ambiental

1 – Área de Preservação Permanente (APP)

Segundo a legislação atual, em topos de morros, margens de rio e encostas, regiões consideradas essenciais para manter o equilíbrio geológico. Não se pode plantar, nem retirar a vegetação original.

O que muda: Cada Estado tem o poder de estabelecer outras atividades que possam justificar a regularização de áreas desmatadas até junho de 2008.

2 – Anistia e regularização das propriedades

O Decreto 7029, de 2009, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, prevê a anistia de multas já aplicadas aos produtores. Dados do Ibama indicam a existência de cerca de 13 mil multas com valor total de R\$ 2,4 bilhões, isso até 22 de julho de 2008.

O que muda: Segundo o projeto aprovado, será concedido o perdão às multas e aos crimes cometidos contra o meio ambiente.

3 – Reserva Legal

Segundo o código em vigor, a Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade rural, ressalvada a de preservação permanente (APP). Deve ser equivalente a no mínimo 20% da área total de propriedades fora da Amazônia Legal. Em propriedades agrícolas dentro da Amazônia Legal, a reserva deve ser de 80% da área ocupada e de 35%, se localizada no Cerrado.

O que muda: Para definir a área destinada à reserva legal, o proprietário poderá considerar integralmente a área de preservação permanente (APP). A reserva poderá ser regularizada de diversas formas, incluindo compra de cotas. O projeto também dá ao proprietário rural a alternativa de compensar áreas de Reserva Legal desmatadas em outro bioma fora de sua propriedade